

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis do conglomerado
prudencial
Em 31 de dezembro de 2015

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Demonstrações contábeis do conglomerado prudencial
Em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Balancos patrimoniais - Conglomerado Prudencial

Demonstrações do resultado - Conglomerado Prudencial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial

Demonstrações dos fluxos de caixa - Conglomerado Prudencial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Conglomerado Prudencial

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos
Acionistas e Administradores da
Planner Corretora de Valores S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Planner Corretora de Valores S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota Explicativa nº 2 - "Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas".

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Planner Corretora de Valores S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Corretora e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, onde consta que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Corretora para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 1, a qual indica que, tendo em vista a apresentação de prejuízos operacionais recorrentes, a Administração da Planner Corretora de Valores S.A, em conjunto com seus acionistas, está em busca de adequar sua estrutura operacional e financeira dentro do seu atual volume de negócios, manutenção dos índices de Basiléia em patamares superiores aos requeridos pelo Banco Central do Brasil, e desenvolvimento de um planejamento estratégico que reverta a situação financeira atual. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para Nota Explicativa nº 12.2, na qual consta que a Corretora e a Distribuidora no primeiro semestre de 2011 aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) da Lei nº 11.941/09, cujo processo de adesão a este REFIS requer o cumprimento de diversas etapas, entre as quais o pedido de extinção dos processos e a homologação da referida inscrição nesse programa. Em 31 de dezembro de 2015, a homologação e consolidação dos débitos tributários incluídos neste REFIS encontram-se pendentes por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Outros assuntos

A Planner Corretora de Valores S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 24 de março de 2016, com parágrafo de ênfase descrito acima.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujo principais critérios e práticas contábeis estão descritos no Nota Explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Corretora e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e Administração da Corretora incluídas no Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais) exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Conglomerado Prudencial para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de abril de 2021.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

CNPJ(MF) 00.806.535/0001-54

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM:

Valores em R\$ 1.000

ATIVO	NE	Conglomerado	
		31/12/15	31/12/14
CIRCULANTE		31.994	57.441
DISPONIBILIDADES	4.	145	204
APLICAÇÕES INTERFIN. DE LIQUIDEZ	5.	6.045	11.262
Aplicações no mercado aberto		6.045	11.262
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (acima)		7.405	32.980
Carteira própria	6.a	4.688	16.793
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	1.102	-
Vinculados a prestação de garantia	6.a	1.615	16.187
OUTROS CRÉDITOS		18.208	12.859
Rendas a receber	8.1	6.017	3.881
Negociação e intermediação de valores	7.	10.424	7.556
Diversos	8.2	2.552	2.293
(Provisão para outros créditos liq. duvidosa)	8.3	(785)	(871)
OUTROS VALORES E BENS		191	136
Despesas antecipadas		191	136
NÃO CIRCULANTE		48.505	28.532
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	6.a	41.249	21.713
Carteira própria		25.616	12.393
Vinculados a prestação de garantia		15.633	9.320
OUTROS CRÉDITOS		6.356	5.518
Diversos	8.2	6.356	5.518
INVESTIMENTOS	9.	168	131
Particip.coligadas/controladas: no país		123	86
Outros investimentos		45	45
IMOBILIZADO DE USO	10.	729	1.159
Outras imobilizações de uso		4.310	4.307
(Depreciações acumuladas)		(3.581)	(3.148)
INTANGÍVEL	11.	3	11
Ativos Intangíveis		100	100
(Amortização acumulada)		(97)	(89)
TOTAL DO ATIVO		80.499	85.973

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

CNPJ(MF) 00.806.535/0001-54

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM:

Valores em R\$ 1.000

PASSIVO	NE	Conglomerado	
		31/12/15	31/12/14
CIRCULANTE		56.291	53.464
OUTRAS OBRIGAÇÕES		56.291	53.464
Sociais e estatutárias	12.1	450	-
Impostos e contribuições sobre lucros		30	214
Fiscais e previdenciárias	12.2	3.762	2.700
Negociação e intermediação de valores	7	47.878	47.219
Diversas	12.3	4.171	3.331
NÃO CIRCULANTE		3.186	2.787
OUTRAS OBRIGAÇÕES		3.186	2.787
Fiscais e previdenciárias		-	14
Diversas	12.3	3.186	2.773
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.022	29.722
Capital:		32.954	32.954
De Domiciliados no país	13.1	33.454 (500)	33.454 (500)
Reservas de lucros		974	901
Ajustes de avaliação patrimonial		(3)	14
Lucros (Prejuízos) Acumulados		(13.388)	(4.187)
Participações de terceiros não controladores		485	40
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		80.499	85.973

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

		Conglomerado		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	NE	2º SEM 2015	31/12/15	31/12/14
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.146	8.898	8.790
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.612	9.458	8.670
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(466)	(560)	120
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(187)	(393)	(528)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(187)	(393)	(528)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.959	8.505	8.262
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(4.388)	(23.897)	(4.178)
Receitas de prestação de serviços	15	21.412	40.774	53.431
Despesas de pessoal	16	(7.245)	(14.228)	(12.829)
Outras despesas administrativas	17	(17.063)	(33.776)	(41.056)
Despesas tributárias	18	(2.369)	(16.894)	(5.928)
Despesas de provisões operacionais		(33)	(33)	(421)
Resultado de participação em coligadas e controladas		(7)	37	349
Outras receitas operacionais	19	1.095	1.625	2.940
Outras despesas operacionais	20	(178)	(1.402)	(664)
RESULTADO OPERACIONAL		(429)	(15.392)	4.084
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(429)	(15.392)	4.084
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21	13	7.219	(1.036)
Imposto de renda - Corrente		18	(47)	(626)
Imposto de renda - Diferido		-	4.461	-
Contribuição social - Corrente		(5)	(52)	(410)
Contribuição social - Diferida		-	2.857	-
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(597)	(980)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(1.013)	(9.153)	3.048
Despesas de Juros sobre Capital	13.2	-	-	(1.289)
A DIRETORIA				REINALDO DANTAS
				Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período de 01/07/15 a 31/12/15

Valores em R\$ mil

E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L	PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NÃO CONTROLADORES		T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/07/15	33.454	(500)	901	8	(12.317)	21.546	531		22.077
Lucro líquido (prejuízo) do período					(998)	(998)	(15)		(1.013)
Constituição de reservas			73		(73)	-			-
Participação de não controladores						-	(31)		(31)
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos				(11)		(11)			(11)
Redução de capital						-			-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/15	33.454	(500)	974	(3)	(13.388)	20.537	485		21.022
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	-	73	(11)	(1.071)	(1.009)	(46)		(1.055)

Período de 01/01/15 a 31/12/15

E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L	PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NÃO CONTROLADORES		T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/15	33.454	(500)	901	14	(4.187)	29.682	40		29.722
Lucro líquido (prejuízo) do período					(9.128)	(9.128)	(25)		(9.153)
Constituição de reservas			73		(73)	-			-
Participação de não controladores	-					-	470		470
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos				(17)		(17)			(17)
Aumento de capital	-					-			-
Redução de capital	-					-			-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/15	33.454	(500)	974	(3)	(13.388)	20.537	485		21.022
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	-	73	(17)	(9.201)	(9.145)	445		(8.700)

Período de 01/01/14 a 31/12/14

E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L	PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NÃO CONTROLADORES		T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/14	33.454	(500)	127	15	(4.835)	28.261	39		28.300
Lucro líquido (prejuízo) do período					3.047	3.047	1		3.048
Juros capital próprio					(1.289)	(1.289)			(1.289)
Reserva especial de lucros			774		(774)	-			-
Rateio de prejuízos/Distribuição de Lucros					(336)	(336)			(336)
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos				(1)		(1)			(1)
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/14	33.454	(500)	901	14	(4.187)	29.682	40		29.722
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	-	774	(1)	648	1.421	1		1.422

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

CNPJ(MF) 00.806.535/0001-54

Valores em R\$ mil

Conglomerado**Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto**

	2º/SEM/15	31/12/15	31/12/14
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício	(1.013)	(9.153)	3.048
Depreciações e amortizações	212	440	513
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	187	393	1.002
Resultado de participações em coligadas/controladas	8	(37)	(349)
Ajustes de avaliação patrimonial	(11)	(17)	1
Provisão de impostos no resultado	(14)	99	1.036
Impostos diferidos no resultado	-	(7.318)	-
	(631)	(15.593)	5.251
Varição de Ativos e Obrigações			
(Aumento) redução em TVM instrumentos derivativos	(1.966)	6.039	5.248
(Aumento) redução de outros créditos	3.358	(6.580)	29.268
(Aumento) redução de outros valores e bens	(19)	(54)	6
Aumento (redução) em TVM instr. financeiros (passivo)	(2)	-	(95)
Aumento (redução) em outras obrigações	(4.673)	10.446	(41.019)
	(3.302)	9.851	(6.592)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(3.933)	(5.742)	(1.341)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Alienações de:			
Imobilizado de uso	-		14
Inversões em:			
Imobilizado de uso	-	(4)	(9)
Dividendos recebidos de coligadas/controladas	-		336
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	-	(4)	341
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Participação de terceiros não controladores	(31)	470	
Pagamento de juros de capital próprio	-	-	(1.289)
Dividendos/Lucros pagos/propostos	-	-	(336)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(31)	470	(1.625)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.964)	(5.276)	(2.625)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.154	11.466	14.091
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6.190	6.190	11.466

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Planner Corretora de Valores S.A. (Corretora) tem como objetivo atuar no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome ou por conta de terceiros.

A Corretora continua seguindo os objetivos estratégicos de negócios, com o intuito de voltar a obter lucratividade e consequente equalização de seus resultados por meio das seguintes principais ações: (a) avaliação da viabilidade econômica dos escritórios que representam a Corretora em diferentes cidades e regiões, com o intuito de reduzir custos ou até mesmo encerrar as atividades daqueles menos lucrativos; e (b) busca de novas receitas nos segmentos de administração, gestão e custódia de fundos de investimento, além de assessoria em operações estruturadas com ativos financeiros. Além disso, seus acionistas vêm efetuando, na medida da necessidade, aportes de recursos para manutenção dos índices de Basileia em patamares superiores aos exigidos pelo Banco Central do Brasil e desenvolvimento, pela Administração, de um planejamento estratégico visando à reversão da situação financeira atual.

Com essas ações, a Administração espera reverter o quadro de prejuízo operacional apresentado nos últimos períodos e retornar ao patamar de geração de resultados positivos experimentado em anos anteriores.

Em 26 de junho de 2012, os sócios da Planner Corretora firmaram Acordo de Associação com os Controladores da Prosper S.A. Corretora de Valores e Câmbio (Prosper), instrumento esse que formalizou a estratégia de desempenho em conjunto das atividades relacionadas à corretagem, intermediação e distribuição de valores na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, câmbio, custódia, administração de carteiras e clubes de investimento, a partir da referida data. Em termos operacionais, a totalidade dos clientes de ambas as instituições passaram a ter suas operações intermediadas no âmbito da plataforma da Corretora, portanto, a carteira de clientes da Prosper, incluindo respectivas posições em custódia e saldo em conta corrente na data de 26 de junho de 2012, foram transferidas à Corretora.

Em 27 de agosto de 2013 foi firmado Termo de Acordo (Termo) da Corretora com a Prosper, por meio do qual foi declarado que as condições previstas no Acordo de Associação celebrado em 26 de junho de 2012 não se implementaram e, portanto, a associação entre as partes não se efetivou. Adicionalmente, a Prosper reconheceu neste Acordo que possui saldos a pagar para a Corretora, derivados principalmente de contingências trabalhistas de ex-funcionários da Prosper (Notas Explicativas nº 8ii e 12.4), e que tais saldos seriam reembolsados à Corretora, que segue normalmente com suas atividades, de forma isolada, sem qualquer ligação com a Prosper.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas -
Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estão consolidadas nas demonstrações do Conglomerado Prudencial as empresas:

- 1) Planner Corretora de Valores S.A.
- 2) Planner Trustee D.T.V.M. Ltda
- 3) Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.
- 4) Brazilian Royalties Cia Securitizadora de Créditos Financeiros
- 5) Planner Ações Institucional RPPS Fundo de Investimento em Ações
- 6) 49Booster Venture Builder FIP

A Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Distribuidora) tem como objetivo atuar no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome ou em nome de terceiros.

A Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A. foi constituída em 31 de outubro de 2002, sendo autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 21 de março de 2003, e tem como objetivo conceder financiamentos e prestar garantias a pessoas físicas, a fim de viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial e industrial, de pequeno porte, e a pessoas jurídicas classificadas como microempresas na forma da legislação e regulamentação em vigor.

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução nº 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem elaborar e apresentar demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as seguintes características:

- a) Instituições financeiras;
- b) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- c) Administradoras de consórcio;
- d) Instituições de pagamento;

- e) Sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- f) Outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos incisos de a) a e).
- g) Os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios também devem integrar as demonstrações contábeis consolidadas.

Em 13 de março de 2014, o Banco Central do Brasil emitiu a Circular nº 3.701, que determinou os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial a serem emitidas com o propósito específico de atender a Resolução CMN nº 4.280/13. Essas novas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN.

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Corretora em 07 de abril de 2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, em 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados nas categorias de acordo com a intenção da Administração: em negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados na categoria "Para negociação" são apresentados no ativo circulante e avaliados pelo valor de mercado, os classificados na categoria "Disponíveis para venda" são avaliados pelo valor de mercado e os classificados na categoria "Mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos contratados.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "Para negociação" são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "Disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários, e na venda definitiva dos títulos, estes ajustes são transferidos para as respectivas contas de resultado do período.

De acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

e) Negociação e intermediação de valores

Demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos.

f) Investimentos

Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

g) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear considerando as seguintes taxas de depreciação anuais: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens de uso.

h) Intangível

São representados principalmente por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, considerando a taxa anual de 20% a.a.

i) Valor de recuperação dos ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade das entidades de efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações contábeis.

j) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota;
- Provisões: são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 no ano.

A provisão para contribuição social estava sendo calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória 675/2015, que alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das Instituições Financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de 01 de setembro de 2015, convertida pela Lei 13.169 de 6 de outubro de 2015.

l) Lucro por ação

Calculado com base na quantidade de ações na data do balanço.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas -
 Conglomerado Prudencial
 Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalente de caixa

	2015	2014
Disponibilidades	145	203
Caixa	9	8
Depósitos bancários	136	195
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.045	11.262
Letras do Tesouro Nacional	6.045	11.262
Total caixa e equivalente de caixa	6.190	11.465

5. Aplicação interfinanceira de liquidez

	2015	2014
Aplicações no mercado aberto		
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	6.045	11.262
Total	6.045	11.262

(a) Referem-se a operações de overnight com vencimento em até 90 dias.

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão classificados com "títulos disponíveis para venda", demonstrados a seguir o valor de custo, de mercado e classificação por vencimento:

	Vencimento	2015		2014	
		Valor do custo	Valor de mercado	Valor do custo	Valor de mercado
Curto prazo		7.410	6.303	34.033	32.980
Carteira própria		5.796	4.688	17.854	16.793
Letras Financeiras do Tesouro	07/09/16	1.808	1.808	14.502	14.507
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	61	61
Letras do Tesouro Nacional	01/01/16	419	419	13	13
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	138	138
Debêntures	-	122	97	66	66
Cotas de Fundos de Investimentos	-	35	35	8	8
Cotas de Fundos "Money Market"	-	-	-	467	467
Ações em Companhias Abertas	-	3.412	2.329	2.599	1.533
Vinculados a prestação de garantias		1.614	1.615	16.179	16.187
Letras Financeiras do Tesouro	07/09/2016	1.561	1.562	16.179	16.187
Letras do Tesouro Nacional	01/04/2016	53	53	-	-

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas -
 Conglomerado Prudencial
 Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2015		2014	
		Vencimento	Valor do custo	Valor de mercado	Valor do custo
Longo Prazo		41.228	41.249	21.705	21.713
Carteira Própria		25.605	25.616	12.386	12.393
Letras Financeiras do Tesouro	de 07/03/2017 a 01/09/2021	24.669	24.680	11.963	11.970
Notas do Tesouro Nacional	de 01/01/2023 a 15/05/2055	660	660	201	201
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	222	222
Certificado de Depósito Bancário	22/11/2017	79	79	-	-
Letras de Câmbio	22/01/2018	197	197	-	-
Vinculados a prestação de garantias		15.623	15.633	9.319	9.320
Letras Financeiras do Tesouro	de 07/03/2017 a 01/03/2019	13.706	13.714	9.223	9.224
Notas do Tesouro Nacional	de 15/08/2018 a 15/05/2055	1.808	1.810	-	-
Certificado de Depósito Bancário	29/08/2019	109	109	96	96
Total		48.638	47.552	55.738	54.693

Os valores de mercado das ações de companhias abertas e dos títulos públicos e privados foram apurados, respectivamente, com base no preço de fechamento na BM&FBOVESPA S.A. no último pregão antes do encerramento do semestre e no preço médio e nas taxas de juros divulgados pela ANBIMA no último pregão antes do encerramento do período.

As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do semestre.

Os demais títulos foram apurados pelo preço médio de negociação, ou quando não disponível, a Administração da Corretora adota parâmetro para cálculo do valor de mercado, obtido mediante técnica interna de precificação.

As ações de companhias abertas estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). Os títulos públicos estão custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas -
Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Resumo das exposições com instrumentos financeiros derivativos

A Corretora participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, visando maximizar os resultados e administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros.

Os riscos são administrados por meio de sistemas de controles, estabelecimento de estratégia de operação, determinação de limites e monitoramento constante das posições assumidas.

Em 31 de dezembro de 2015, havia posição em aberto com operações de instrumentos financeiros derivativos, conforme saldos a seguir:

	2015	
	Ativo	Passivo
Compras de opções de compra	1.102	-
Total - circulante	1.102	-

Em 31 de dezembro de 2014, não havia posição em aberto com operações próprias de instrumentos financeiros derivativos.

c. Margens de garantia

As margens de garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. montam a R\$ 17.248 (R\$ 25.507 em 2014).

7. Negociação e intermediação de valores

Descrição	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	4.850	366	2.989	338
Devedores/Credores - conta				
liquidações pendentes (a)	4.824	45.089	4.508	46.437
Comissões/ corretagens a pagar	-	30	-	-
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	-	2.030	-	81
Outros créditos por negociação e intermediação de valores	750	363	59	363
Total - circulante	10.424	47.878	7.556	47.219

(a) Referem-se, principalmente, a valores a receber e a liquidar com clientes e instituições do mercado pelas operações realizadas nos últimos pregões da BM&FBOVESPA S.A., cuja liquidação ocorrerá em até 3 dias úteis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas -
Conglomerado Prudencial
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros créditos

8.1. Rendas a receber

Estão representadas pelas corretagens e comissões a receber na intermediação de operações e negócios, no valor de R\$ 6.017 (R\$ 3.881 em 2014).

8.2. Diversos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Curto Prazo		
Impostos a compensar	495	530
Adiantamentos e antecipações salariais	82	52
Adiantamentos p/ pagamento nossa conta	40	20
Adiantamentos por conta de imobilizações	85	31
Valores a receber de sociedades ligadas	119	3
Interposição de recursos trabalhistas	14	-
Saldos a serem reembolsados pela Prosper (a)	662	513
Devedores diversos - País (b)	<u>1.055</u>	<u>1.144</u>
Total - curto prazo	<u><u>2.552</u></u>	<u><u>2.293</u></u>
Longo Prazo		
Incentivos Fiscais	2	2
Devedores por depósitos em garantia - recursos fiscais (b)	4.944	4.316
Devedores por depósitos em garantia - recursos trabalhistas	14	25
Devedores por depósitos em garantia - outros recursos	<u>1.396</u>	<u>1.175</u>
Total - longo prazo	<u><u>6.356</u></u>	<u><u>5.518</u></u>

(a) Inclui saldos a receber de clientes que vieram da carteira Prosper devido ao Acordo de Associação (nota explicativa nº 1), no montante de R\$ 97 (R\$ 513 em 2014); e, a saldos a receber de bloqueio judicial de ações trabalhistas de ex-funcionários da Prosper no montante de R\$ 565;

(b) Em 2013, referia-se a depósito judicial sobre os processos de imposto de renda e contribuição social na desmutualização dos títulos patrimoniais da BM&F, da desmutualização da Bovespa e outros processos, nos montantes de R\$ 2.495, R\$ 5.356 e R\$ 2.631, respectivamente. Em abril de 2013, foi levantado o depósito judicial sobre o processo referente a desmutualização dos títulos patrimoniais da BM&F. No segundo semestre de 2013, após protocolado a petição para levantamento dos depósitos judiciais em 27 de novembro de 2013 para o processo de desmutualização da Bovespa, o saldo dos depósitos judiciais atualizados de R\$ 5.453 foram baixados contra o passivo no montante de R\$ 2.910, revertida a atualização no resultado do segundo semestre de 2013 de R\$ 1.910 e constituído contas a receber contra a União de R\$ 633, lançado em devedores diversos País.

8.3. A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 785 (R\$ 871 em 2014), refere-se às possíveis perdas com valores a receber de serviços prestados de assessoria e de clientes registradas em outros créditos diversos, nas rubricas de devedores -conta liquidação pendente e outros créditos por negociação e intermediação de valores, pelas operações realizadas nos pregões da BM&FBOVESPA S.A.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas -
 Conglomerado Prudencial
 Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

São representados por:

	2015	2014
Participações em coligadas e controladas	123	86
Título patrimonial da Bolsa Brasileira de Mercadorias	45	45
Total	<u>168</u>	<u>131</u>

10. Imobilizado de uso

	2015		2014	
	Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso				
Instalações	733	(610)	123	187
Móveis e equipamentos de uso	1.147	(974)	173	249
Comunicação e processamento de dados, transporte e segurança	2.430	(1.997)	433	723
Total	<u>4.310</u>	<u>(3.581)</u>	<u>729</u>	<u>1.159</u>

11. Intangível

O ativo intangível está composto, principalmente, por gastos de organização e por softwares, no montante líquido de amortização de R\$3 (R\$11 em 2014).

	2015		2014	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Intangível	100	(97)	3	11
Software	100	(97)	3	11

12. Outras obrigações

12.1. Sociais e estatutárias

	2015	2014
Passivo circulante		
Outras obrigações		
Sociais e estatutárias	450	-
Provisão de PLR para empregados	<u>450</u>	<u>-</u>

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2. Fiscais e previdenciárias

	2015	2014
Passivo circulante		
Outras obrigações		
Fiscais e previdenciárias	3.762	2.714
Impostos e contribuições a recolher (a)	3.762	2.707
Impostos e contribuições diferidos	-	7

(a) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, a Corretora e a Distribuidora aderiram ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido nas Leis nº 11.941/09, 14.129/06, Decreto nº 50.512/09 e legislações posteriores, que requer o cumprimento de diversas etapas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil - RFB, que incluem, principalmente, a apresentação de informações, o pedido de extinção dos processos de débitos inscritos na Dívida Ativa da União e a homologação/consolidação da modalidade de parcelamento pela RFB. Em 30 de junho de 2015 a Corretora e a Distribuidora não haviam concluído todo o processo de adesão ao REFIS; porém, a Administração da Corretora e da Distribuidora, em conjunto com seus assessores legais, avaliou como provável o desfecho desse processo, tendo havido a movimentação apresentada nos saldos dos processos vinculados ao REFIS.

12.3. Diversas

	2015	2014
Passivo Circulante		
Diversas	4.171	3.331
Despesas de pessoal	1.068	860
Provisão de outras despesas administrativas	1.299	1.110
Credores diversos - país	1.792	1.358
Outros passivos	12	3
Passivo não circulante		
Diversos	3.186	2.773
Provisão para demandas judiciais (a)	3.186	2.773

(a) Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião da Administração com suporte de seus assessores jurídicos, como risco de perda provável são provisionados na rubrica Provisão para passivos contingentes. Em 31 de dezembro de 2015 a Corretora apresenta o montante R\$ 3.186 (R\$ 2.772 em 2014), relacionadas a seguir:

- (i) Reclamações trabalhistas no montante de R\$ 1.265 (R\$ 1.228 em 2014), decorrente substancialmente de processos de ex-colaboradores da Prosper (conforme nota explicativa nº 12.5);
- (ii) Reclamações cíveis no montante de R\$ 36 (R\$ 33 em 2014);
- (iii) Cobrança de valores decorrente de intimação da Secretaria da Receita Federal, adquiridas em função de processo de compensação de prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.675 (R\$ 1.511 em 2014);
- (iv) Processo de ISS da Prefeitura do RJ referente o exercício de 2008 no montante de R\$ 210.

12.4. Passivos contingentes - perdas possíveis

Os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2015, estes processos de natureza trabalhista e cível, totalizam R\$35.341 (R\$8.179 em 2014). A seguir movimentação do exercício:

Descrição	Valor (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.179
Aumento de contingências possíveis (a)	27.162
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>35.341</u>

- (a) O aumento de contingências classificadas como possíveis se refere principalmente a ação tributária movida pela Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 26.592 (processo nº 16327.721480/2012-45).

12.5. Processos trabalhistas de ex-funcionários da Prosper

A Corretora foi citada em processos de natureza trabalhista, por ex-colaboradores da Prosper, e classificadas com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda provável no montante de R\$ 1.265 (R\$ 1.052 em 2014). Estes valores deverão ser reembolsados pela Prosper à Corretora.

13. Patrimônio Líquido

13.1. Capital social

O capital social de R\$ 32.954, está representado por:

- Planner CV S.A. = R\$ 30.287, dividido por 7.000 ações nominativas;
- Planner Trustee DTVM Ltda = R\$ 1.567, dividido por 3.720.000 cotas;
- Planner SCM S.A. = R\$ 1.100, dividido por 1.100.000 ações ordinárias;
- Brazilian Royalties Securitizadora Creditos Financeiros = R\$ 500, dividido em 500.000 ações, e está classificado como capital a realizar.

13.2. Juros de capital próprio

Em 2015 não foram pagos juros sobre capital próprio, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95; e, em 2014 foram pagos o montante de R\$1.289.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas -
Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas

14.1. Transações com partes relacionadas

A Corretora possui como parte relacionada os valores a receber, conforme descrito a seguir:

	2015	2014
	Ativo	Ativo
	(Passivo)	(Passivo)
Planner Holding Financeira S.A.	120	1
Planner Redwood Asset Management Administração de Recursos	-	2

14.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 2.020 (R\$ 2.090 em 2014), a qual é considerada benefício de curto prazo.

15. Receitas de prestação de serviços

	2015	2014
Rendas de administração de fundos	15.120	13.109
Rendas de assessoria técnica	6.474	16.279
Rendas de comissão e colocação de títulos	1.954	2.395
Rendas de corretagem de câmbio	1.038	1.140
Rendas de corretagem de operações em bolsa	14.581	19.108
Rendas de outros serviços	1.607	1.400
Total	<u>40.774</u>	<u>53.431</u>

16. Despesas de pessoal

	2015	2014
Proventos	(7.251)	(6.473)
Encargos sociais	(2.787)	(2.425)
Benefícios	(2.046)	(1.880)
Honorários da diretoria e administração	(2.020)	(1.875)
Outras despesas	(124)	(176)
	<u>(14.228)</u>	<u>(12.829)</u>

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas -
 Conglomerado Prudencial
 Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Outras despesas administrativas

	2015	2014
Despesas com água e energia	(482)	(234)
Despesas com aluguéis	(2.958)	(3.098)
Despesas com comunicações	(893)	(1.209)
Despesas de manutenção e conservação	(622)	(811)
Despesas com material	(149)	(165)
Despesas com processamento de dados	(7.189)	(7.154)
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	(436)	(310)
Despesas com propaganda e publicidade	(193)	(178)
Despesas com publicação	(78)	(85)
Despesas com serviços bancários e custódia	(1.213)	(959)
Despesas com consultoria	(10.413)	(15.491)
Despesa com serviços técnicos especializados	(6.602)	(8.783)
Despesas de transporte	(64)	-
Despesas com viagem	(254)	-
Despesas com depreciação e amortização	(440)	(514)
Outras despesas administrativas	(1.727)	(2.065)
Outras despesas diversas	(63)	-
Total	(33.776)	(41.056)

18. Despesas tributárias

	2015	2014
Impostos sobre serviços - ISS	(1.418)	(2.227)
Contribuição ao COFINS	(2.040)	(2.746)
Contribuição ao PIS	(331)	(446)
IRPJ/CSLL - Incorporação das Bolsas (a)	(12.529)	-
Contingência SRF - Comp. Prejuízos Fiscais	-	(148)
ISS Prefeitura RJ	(210)	-
Outras despesas tributárias	(366)	(361)
Total	(16.894)	(5.928)

(a) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15 que converteu a Medida Provisória nº 656/14 na qual foi introduzido uma relevante modificação que impacta na ação de impugnação da Corretora perante o ganho incorrido no evento de venda das ações provenientes do processo do processo da BMF S.A. e Bovespa Holding S.A. Dentro deste novo contexto, considerando os substanciais benefícios incluídos nesta nova Lei, a Administração da Corretora decidiu optar pelo cancelamento da referida ação de impugnação e reconhecer a obrigação tributária de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido relativamente ao obtido no evento em questão. Com isso, a Corretora obteve um desconto de R\$ 60.657 sobre o total atualizado dos tributos devidos e efetuou a liquidação financeira do saldo restante em 03 de fevereiro de 2015 no montante de R\$ 5.212 mil, que é composto conforme a seguir:

	2015
Saldo a pagar	65.869
Remissão/ Desconto	(53.340)
IRPJ/CSLL - Incorporação das Bolsas	(12.529)
Crédito Tributário - Ativo Fiscal Diferido	(7.317)
Total pago em 03/02/2015	(5.212)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas -
 Conglomerado Prudencial
 Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Outras receitas operacionais

	2015	2014
Recuperação de encargos e despesas	278	740
Variações monetárias ativas	46	277
Variações cambiais ativas (a)	220	57
Variações monetárias - Processo Tit. BM&F e Bovespa	-	393
Atualização de depósitos judiciais	421	349
Reversão de provisões de contingências	416	-
Outras	244	1.124
Total	<u>1.625</u>	<u>2.940</u>

(a) Referem-se à variação cambial dos "Eurobonds" e "Moneys Market"

20. Outras despesas operacionais

	2015	2014
Varição cambial passiva	-	(13)
Ajustes operacionais	(49)	(172)
Atualização de passivos contingentes	(197)	(134)
Acordo na câmara arbitral	(1.110)	-
Outras	(46)	(345)
Total	<u>(1.402)</u>	<u>(664)</u>

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

O cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social está assim representado:

	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração de IR/CS				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(15.390)	(15.390)	2.798	2.798
(-) Participações nos lucros	(980)	(980)	-	-
Base de cálculo	<u>(16.370)</u>	<u>(16.370)</u>	2.798	2.798
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	291	291	746	746
Despesas de marcação ao mercado	-	-	1.101	1.101
Atualização de passivos fiscais contingentes	197	197	134	134
Provisão para devedores duvidosos	119	119	593	593
Provisão de passivos contingentes cíveis	12	12	-	-
Provisão de passivos contingentes trabalhistas	12	12	165	165
Provisão de passivos contingentes fiscais - ISS RJ	210	210	-	-
IRPJ/CSLL - Incorporação das Bolsas	12.529	12.529	-	-
Provisões de participação nos lucros	599	599	-	-
Dividendos recebidos	(9)	(9)	-	-
Receitas de marcação ao mercado	(747)	(747)	(931)	(931)
Atualização de depósitos judiciais	(422)	(422)	(349)	(349)
Resultado de equivalência patrimonial	(38)	(38)	(349)	(349)
(Reversão) provisão de participação nos lucros	(149)	(149)	-	-
(Reversão) desvalorização de títulos livres	-	-	(730)	(730)
(Reversão) provisão para devedores duvidosos	(182)	(182)	(50)	(50)
(Reversão) contingencia trabalhista	(188)	(188)	-	-
(Reversão) contingencia cível	-	-	(31)	(31)
Lucro real	<u>(4.136)</u>	<u>(4.136)</u>	3.097	3.097

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas -
Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
(-) Compensação de prejuízo fiscal - 30%	-	-	(357)	(357)
Total após a compensação de prejuízos	(4.136)	(4.136)	2.740	2.740
Encargos de 15% IR/ CS + Adicional de 10% de IR	(47)	(52)	(631)	(410)
(-) Incentivos Fiscais (PAT)	-	-	5	-
Ativo Fiscal Diferido (a)	4.461	2.857	-	-
Total	<u>4.414</u>	<u>2.805</u>	<u>(626)</u>	<u>(410)</u>

(a) No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 a Corretora utilizou prejuízos fiscais para liquidar as contingências com a Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 17.842. Adicionalmente utilizou a base negativa de contribuição social no montante de R\$ 19.046, conforme a seguir demonstrado:

	2015	2015
	IRPJ	CSLL
Prejuízo Fiscal utilizado	17.842	19.046
Encargos de 25% IR	4.461	-
Encargos de 15% CS	-	2.857
Crédito Tributário - Ativo Fiscal Diferido	<u>4.461</u>	<u>2.857</u>

22. Responsabilidades

A Corretora é responsável pela Administração de carteiras de particulares, de clubes e fundos de investimento, cujo valor de patrimônio líquido na data do balanço era R\$ 15.175.824 (R\$ 8.252.237 em 2014).

23. Gerenciamento da estrutura de capital

Visando o atendimento à Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Banco Central do Brasil, a Corretora, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Risco operacional

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure.

Em junho de 2007, a Diretoria aprovou um conjunto de medidas que foram implementadas durante o segundo semestre de 2007, para garantir o completo alinhamento da Instituição ao disposto na Resolução.

Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à mesa de operações. A Instituição se encontra apta a atender as exigências da Resolução CMN nº 3.464/07 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos.

Risco de liquidez

Visando o atendimento a Resolução nº 4090 de maio de 2012 do Banco Central do Brasil, a Corretora adotou a política de gerenciamento de liquidez que tem como principal objetivo garantir a capacidade de pagamento do grupo, onde são monitorados eventuais descasamentos entre ativos e passivos, objetivando avaliar a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos. Para maiores informações consultar a política de gerenciamento de liquidez disponível no site da organização.

24. Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 11% do Patrimônio Exigido. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basiléia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais.

O Índice calculado para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 é de 21,90% (34,92% em 2014).

25. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1 SP 110330/O-6